



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Cátia Maria Nehring
UNIJUI
catia@unijui.edu.br

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa
UNIJUI
magna@unijui.edu.br

Patricia Spilimbergo
UNIJUI
patspi@unijui.edu.br

Lurdes Marlene Seide Froemming
UNIJUI
lurdesf@unijui.edu.br

Resumo. O Programa de Avaliação Docente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI representa uma estratégia de marca da excelência nos processos de ensino e aprendizagem em todos os programas acadêmicos da instituição. Este Programa considera a Lei nº 9.394 – LDB, de 20 de dezembro de 1996; o Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES; e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNIJUI. É constituído a partir de três subprogramas: Avaliação pelos Alunos, Autoavaliação Docente e Avaliação pelos Pares. Estes subprogramas envolvem acadêmicos, docentes e gestores, possibilitando diferentes olhares sobre o fazer acadêmico nesta instituição. Assim, este relato de experiência objetiva apresentar aspectos do processo e dos resultados do Programa de Avaliação Docente da UNIJUI, desenvolvido no período de 2012/2013, visando evidenciar a importância da articulação entre avaliação e o planejamento para a busca constante pela excelência na universidade, em uma perspectiva de análise do processo.

Palavras-Chave: Avaliação. Docente. Planejamento. Resultado. Ensino Superior.

DOCENT EVALUATION AT UNIJUI

Abstract. The Docent Evaluation Program of the Northwestern Regional University of Rio Grande do Sul – UNIJUI represents a brand strategy of excellence in teaching and learning processes in all its institutional academic programs. This program considers law No. 9394 LDB (Law of Basic Directives) of December 20, 1996 as well as National System of Higher Education (SINAES) and the Institutional Development Plan of UNIJUI (PDI). The Program consists of three junior programs: evaluation by students; self-evaluation of docents and evaluation by peers. These junior programs comprise students, docents and managers. This allows different views on academic activities of this institution. This experience report aims to present aspects of the process and the results of the Docent Evaluation Program of UNIJUI as

managed in 2012 and 2013 trying to evidence the importance of the articulation between evaluation and planning with view on the constant search for excellence at the university, in a perspective of process analysis.

Keywords: Evaluation. Docent.Planning. Result. HigherEducation.

Introdução

A avaliação no ensino superior a partir da década de 80, constitui-se em uma realidade de implementações de experiências de avaliação institucional. Na UNIJUÍ, a primeira fase de avaliação inicia formalmente pela sua inserção, na década de 90, no PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, instituído pelo Governo Federal e no PAIUNG – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias do COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, embasado nos princípios do PAIUB. A primeira fase se caracterizou pela autoavaliação das dimensões do ensino, da pesquisa, da pós-graduação, da extensão e da gestão, pela comunidade acadêmica, na perspectiva de organização e consolidação dessas dimensões. O processo foi desenvolvido nos departamentos, em fóruns integradores por áreas de conhecimento e sistematizado em seminários institucionais. O resultado da avaliação culminou na reformulação das propostas político-pedagógicas dos cursos de graduação; na organização da Base de Dados com o objetivo de unificar as informações quantitativas da instituição, servindo como instrumento para a gestão. Nas dimensões da pesquisa e da extensão foram definidas e estabelecidas políticas institucionais para a sua organização e qualificação.

Considerando a perspectiva plural da universidade, a trajetória histórica da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e a Lei que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (2004), a “avaliação institucional” torna-se fundamental para a compreensão dessa pluralidade, bem como para o planejamento e a gestão institucional. O processo de avaliação possibilita constantemente reavaliar o papel da universidade, bem como seus processos acadêmicos e administrativos. Repensar este processo encontra no diálogo plural, instaurado por debates, a condição de sua realização e a possibilidade efetiva de replanejamento.

Nesse contexto, conforme estabelecem as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior (2004), o SINAES está ancorado em uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma e do conjunto das instituições educacionais. Por sua característica global, abrangência nacional e seu objetivo de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, o SINAES recupera as finalidades essenciais da avaliação, ultrapassando, por exemplo, a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação acadêmica profissional (Brasil, 2004).

Assim, levando em conta as políticas públicas de educação superior e a prática de avaliação historicamente realizada, a UNIJUÍ, em 2012, institucionalizou o Programa de Avaliação Docente, que se constitui em três momentos: a avaliação pelos alunos, a autoavaliação docente e a avaliação pelos pares, possibilitando diferentes olhares para o que de fato a Universidade faz, ou seja, a formação acadêmica profissional. Este programa é coordenado pela Vice-Reitoria de Graduação – VRG que, a partir de 2014, passa a atuar conjuntamente com a Comissão Própria de Avaliação – CPA (CPA, 2013/2014).

O Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ foi elaborado por um grupo de professores das diferentes áreas do conhecimento, nomeados pela Reitoria (Portaria nº 35/2011), e discutido nos colegiados da Instituição.

Constituem-se objetivos do programa:

- a) definir o processo de avaliação docente da UNIJUÍ, visando à promoção do desenvolvimento institucional, à política de gestão de pessoas e à qualidade da atuação no processo de ensino e aprendizagem e nas relações com o corpo discente e a comunidade;
- b) identificar aspectos de natureza interpessoal, organizacional, ambiental, dentre outras condições de trabalho que facilitam ou dificultam o desempenho docente;
- c) gerar indicadores sobre competências, reconhecidas como conhecimento constituído, habilidades e atitudes, para formulação de políticas de gestão de pessoas que oportunizam o crescimento profissional, a formação continuada e/ou aperfeiçoamento, a afirmação social dos docentes, bem como possibilitam o alcance das metas e objetivos institucionais.

Enfatiza-se que este programa está embasado em legislações externas e internas (entre elas a Lei nº 9.394 – LDB; o SINAES; e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNIJUÍ) e tem as diretrizes institucionais de ensino como norteadoras de sua ação, especialmente no que se refere à avaliação como processo de qualificação da atuação universitária e a busca da excelência acadêmica nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

No Programa de Avaliação Docente cabe à CPA proceder à análise dos dados institucionais com o objetivo de contribuir no planejamento institucional, dos departamentos, dos cursos e das coordenadorias. Além disso, a CPA, de posse dos pareceres dos Núcleos Docente Estruturante – NDEs de cada curso, sistematiza as potencialidades, fragilidades e perspectivas do programa e encaminha aos gestores acadêmicos para as providências necessárias.

Assim, este relato de experiência apresenta aspectos do processo e dos resultados do Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ, desenvolvido no período de 2012/2013, com o objetivo de evidenciar a importância da articulação entre a avaliação e o planejamento como uma ferramenta de gestão aos cursos, aos departamentos e à Instituição.

Metodologia

Cada subprograma do Programa de Avaliação Docente conta com sujeitos; instrumento de pesquisa; período de aplicação e de análise diferenciados conforme seu objetivo.

A autoavaliação, realizada anualmente pelos professores, utiliza-se de três instrumentos: uma autorreflexão sobre o fazer do professor, a ficha AD (Ficha de Atividade Docente), que registra todas as atividades realizadas pelo professor no ano e o Currículo *Lattes*; extraindo as publicações, orientações e participação em eventos dos professores. A partir destes três instrumentos é organizado um relatório denominado autoavaliação docente, o qual gera três relatórios a partir da visão: institucional, departamental e de curso.

A avaliação pelo discente é realizada a partir das disciplinas ministradas pelo docente, considerando cada curso, a partir de um instrumento específico, por meio do Portal do Aluno, a cada semestre. Tem por objetivo colher as percepções dos acadêmicos em relação às disciplinas, sua função na formação acadêmico profissional; relação com a pesquisa e extensão; questões metodológicas; bibliográficas e de procedimentos do professor no fazer do ensino. Este instrumento é anônimo e organizado na forma de um banco de dados, que

permite um relatório individual do professor a partir da disciplina ministrada, do curso considerando as disciplinas ofertadas, do departamento, considerando os cursos alocados ao mesmo e da instituição, considerando a visão departamental.

Os relatórios da autoavaliação e da avaliação discente são analisados pelos pares, considerando o parecer do Núcleo Docente Estruturante de cada Curso. Este parecer é encaminhado ao Colegiado de Curso e discutido na Mesa Departamental, que constitui o grupo de gestão acadêmica do departamento (Chefe de Departamento, Coordenadores de Curso, Coordenadores de Pesquisa e Coordenadores de Extensão), bem como para a VRG e a CPA. É a partir da mesa do departamento que os encaminhamentos necessários são feitos em consonância com o PDI e o Planejamento de cada departamento.

Todos os instrumentos de coleta de dados e os relatórios para análise das instâncias colegiadas são disponibilizados no Sistema de Informação para o Ensino – SIE da UNIJUÍ, criando um banco de dados que pode ser acompanhado e monitorado pelos gestores acadêmicos e CPA, servindo para o planejamento e replanejamento institucional, departamental e de curso.

Referencial Teórico

A legislação que estabelece as políticas públicas de avaliação da educação superior, os debates provocados por Sobrinho (2004) e Leite (1996), dentre outros autores, sustentam a base teórica das reflexões sobre o Programa de Avaliação Docente, objeto de análise neste relato de experiência.

Neste contexto, enfatiza-se na proposição dos SINAES que

... a autoavaliação tem como eixo central dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais: Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização (BRASIL/MEC, 2004).

Leite (1996, p. 40), na sua visão, concebe “a avaliação no seu todo, como um organizador forte, quando legitimado pela comunidade, traz por dentro do processo o fenômeno do repensar-se, não frente ao Estado Avaliativo, mas frente à sociedade com a qual a comunidade acadêmica precisa estar sempre comprometida”, concepção recorrente desde a origem desta Instituição.

A concepção de Sobrinho (2004, p. 115) “...tendo como foco a formação em termos da participação crítica e criativa do indivíduo na vida social, o SINAES põe em questão a responsabilidade social da IES. Prioriza, portanto, os processos centrados na análise e no julgamento dos significados e ações e atividades acadêmicas e institucionais relativamente ao desenvolvimento do conhecimento, da cidadania e, assim, da sociedade” são princípios que orientam os processos avaliativos desta Universidade e objetivam orientar de fato o planejamento. Nesta perspectiva, planejamento, execução dos processos e avaliação são processos dinâmicos e que se complementam.

Outra assertiva de Sobrinho (2004, p. 115) é de que a avaliação carrega um sentido político e, portanto, a ética é uma exigência que sustenta as concepções de avaliação na UNIJUÍ. Segundo este autor, “A avaliação é uma prática social que responde à exigência de melhorar e aumentar qualidade do serviço educacional, promover a eficácia institucional e

e elevar a efetividade acadêmica e social, tendo como referência as necessidades da população. Então, implementar a cultura de uma avaliação participativa e democrática é também uma exigência ética”. Esta perspectiva exige implicação, tomada de decisão, planejamento do que efetivamente é o fazer de uma instituição de ensino superior.

Reitera-se que a UNIJUÍ embasa a sua proposta de avaliação em sua história referenciada pela legislação interna e externa no contexto das políticas públicas de educação superior e autores que discutem o tema “avaliação”, dentre eles os referenciados neste relato de experiência.

Resultados e Discussão

A *autoavaliação docente* no ano de 2012 contou com a participação de 83% dos docentes na pesquisa, o que foi considerado positivo, embora a meta institucional seja atingir 100% de participação.

Como resultado da reflexão dos docentes, percebeu-se que houve um repensar de sua atuação nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando inquietações, como:

- as publicações acadêmicas precisam gerar impactos na graduação e na comunidade acadêmica interna e externamente?
- na graduação o perfil do egresso precisa garantir profissionais com diferencial no mercado?
- o ensino precisa ser valorizado para além da sala de aula?
- a prática interdisciplinar é necessária para excelência do curso?
- a apropriação do PPC do curso pelos docentes é uma necessidade para qualificação e socialização aos discentes?
- há necessidade de instituir política institucional para incrementar a produção científica na universidade?

Ressalta-se que estas questões permearam o debate e encaminhamentos do Programa de Qualificação dos Gestores Acadêmicos, coordenado pela VRG e pela CPA e realizado entre os meses de agosto de 2013 a abril de 2014. O programa foi desenvolvido em seis módulos e teve como objetivo proporcionar o debate sobre diferentes temas que envolvem a ação do coordenador de curso, bem como definir indicadores, diretrizes e procedimentos para a gestão acadêmica no âmbito das coordenações de curso.

Para concluir este trabalho e buscar ações institucionais para a qualificação dos processos acadêmicos e administrativos, todos os aspectos críticos apontados na autoavaliação e no Programa de Qualificação dos Gestores Acadêmicos, estão sendo aprofundados no Fórum de Coordenadores com vistas a construir alternativas e propor encaminhamentos necessários ao fazer da instituição.

É importante ressaltar que, embora ainda existam inquietações ao Programa de Avaliação Docente, os pareceres dos NDEs apontam para a compreensão de que a autoavaliação docente constitui-se em espaço de reflexão e um importante instrumento orientador do planejamento. Sendo assim, entende-se que a autoavaliação é um elemento essencial na gestão da universidade, tanto acadêmica quanto administrativa e política. A análise desses dois anos de autoavaliação nos levou a mudar o prazo de sua aplicação, para bianual.

Com relação à *avaliação da ação docente pelos discentes*, no 1º semestre 2013, na modalidade presencial, responderam ao questionário 32,24% dos acadêmicos e, na modalidade EaD, 31,46%. No 2º semestre, na modalidade presencial, 40,13%, e na EaD, 32,60%. As Figuras 1 e 2 expressam o percentual de participantes do processo de avaliação de disciplinas no 1º e 2º semestres de 2013, por departamento.

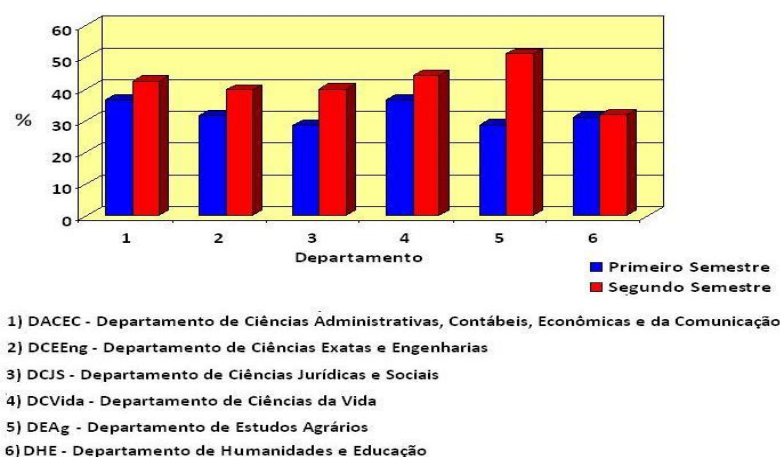


Figura 1. Percentual de acadêmicos respondente à avaliação na modalidade Presencial.

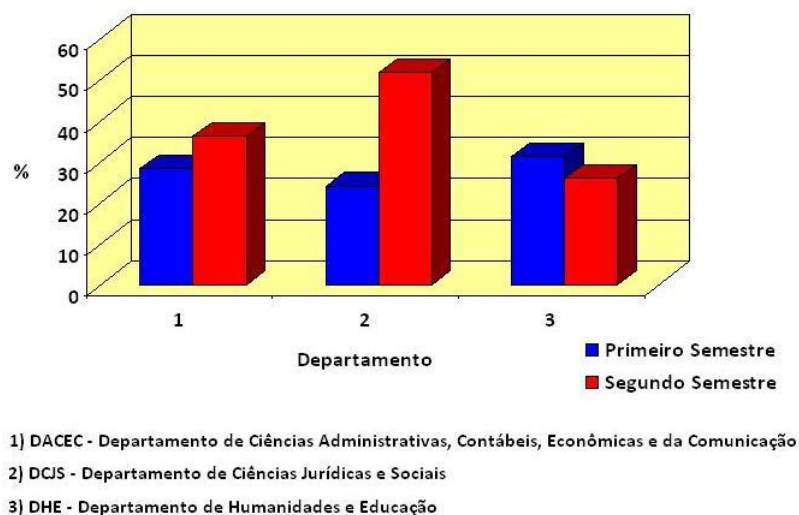


Figura 2. Percentual de acadêmicos respondentes à avaliação na modalidade EaD.

Com relação à avaliação da percepção de qualidade pelo próprio acadêmico, há de se considerar a peculiaridade do serviço que ele está vinculado, em que 80% do sucesso depende do próprio avaliador.

Vale ressaltar que Gronroos (2009) ao afirmar que pelo fato de o cliente, no caso o acadêmico, participar do processo, ele se torna parte da solução, ou seja, “é parte integrante e participante ativo na construção do processo da elaboração e entrega do serviço” (p. 47). Ou seja, ele está diretamente implicado no resultado.

Morais, Almeida e Montenegro (2006) são autores que apontam dúvidas neste contexto, alegam que o acadêmico só terá melhores condições de avaliar o que recebeu após o término do curso, no confronto com o mercado de trabalho.

Embora os percentuais apresentados nas figuras um e dois sejam significativos, para que esta avaliação se consolide como um instrumento de planejamento e tomada de decisão, ainda é necessária uma maior participação. Assim, é necessário construir internamente estratégias de implicação dos acadêmicos neste processo, mostrando concretamente que esta participação pode e deve modificar as práticas realizadas se assim for identificado.

Considerando os resultados da avaliação das disciplinas, no primeiro e no segundo semestres de 2013, as figuras a seguir apresentam alguns dados, relativos à modalidade presencial, que refletem o olhar do estudante em relação aos processos acadêmicos da universidade, que são abordados pelo instrumento preenchido pelo estudante.

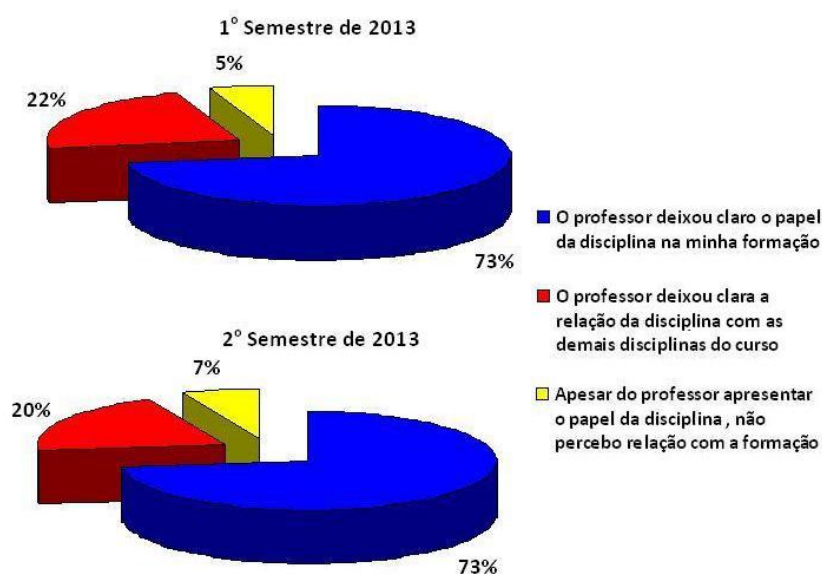


Figura 3. Papel da Disciplina na Formação Acadêmica e sua Relação com as demais Disciplinas do Curso.

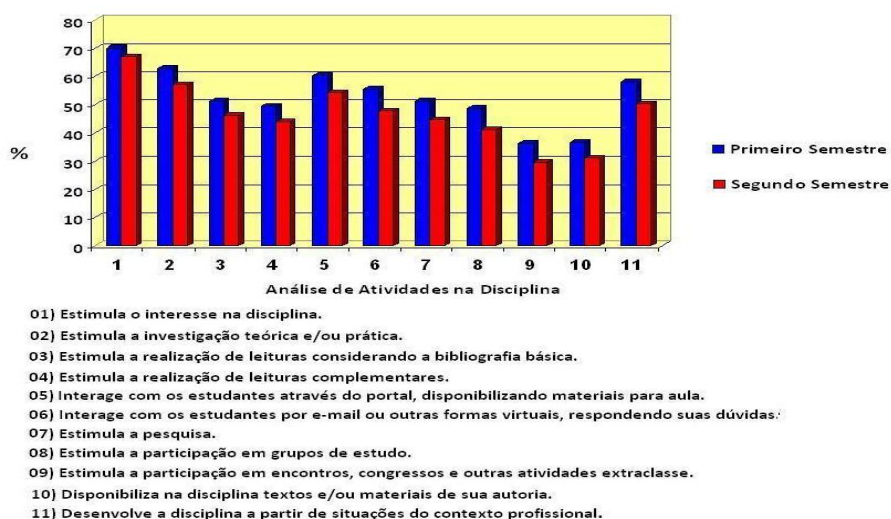
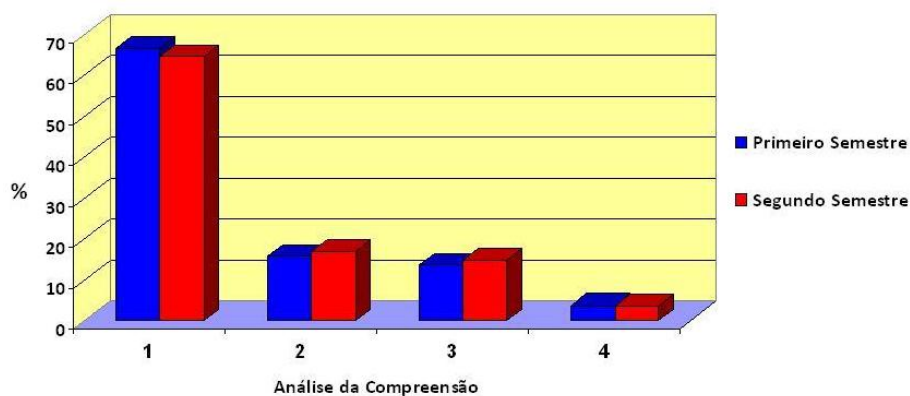


Figura 4. Trabalho do Professor na Disciplina.



1) Estou conseguindo ter a compreensão do conteúdo conforme previsto no plano de ensino.

2) Minha compreensão é parcial, pois não estou conseguindo destinar tempo fora da disciplina para consolidar os conhecimentos trabalhados em aula.

3) Minha compreensão é parcial, pois não me adaptei à metodologia utilizada pelo professor.

4) Minha compreensão é satisfatória, porém a metodologia utilizada não está possibilitando vínculos com as demais disciplinas.

Figura 5. Processo de Aprendizagem do Aluno.

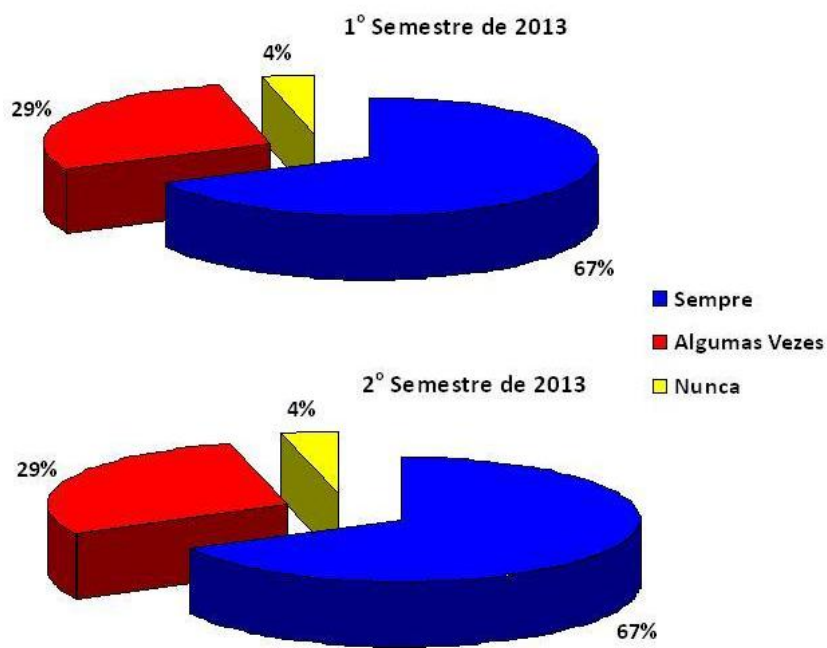


Figura 6. Procedimentos e Metodologias Utilizados pelo professor viabilizam a Aprendizagem.

Da análise dos dados que dão conta do olhar do acadêmico em relação à disciplina, ao professor e à universidade, a CPA e a VRG, com base nos pareceres dos NDEs, apresentam alguns resultados do ponto de vista institucional. No que se refere à atuação do professor, evidencia-se uma avaliação positiva em relação a aspectos pedagógicos, de uma forma geral, quer seja na apresentação e discussão do plano de ensino, no desenvolvimento de metodologias que aliam teoria e prática, bem como na discussão dos resultados avaliativos. Além disso, aspectos específicos apresentados nas questões abertas são tratados pelo coordenador de cada curso.

Kotler e Fox (1994) alertam que nenhuma faculdade pode satisfazer a hierarquia de necessidade de todos os acadêmicos e deve estar atenta aos segmentos com suas diferentes expectativas para direcionar suas estratégias e fortalecer sua imagem.

No que se refere aos cursos de graduação evidencia-se como resultado dos processos avaliativos a organização de um calendário de revisão dos Projetos Pedagógicos de Cursos, considerando o calendário trianual do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE no contexto do SINAES.

No que tange à avaliação pelos pares, em cada departamento, a chefia e os coordenadores (de cursos e de Núcleos) têm realizado a análise dos dados obtidos a partir do instrumento respondido pelos acadêmicos, e encaminhados os problemas pontuais diretamente com os professores, de forma individualizada. Pode-se dizer, a partir dos processos avaliativos, que os departamentos têm realizado melhorias nos processos de gestão, possibilitando aos cursos o desenvolvimento de suas atividades englobando o conjunto dos cursos do departamento.

Conclusões

Atendendo ao objetivo a que se propôs este relato de experiência, pode-se afirmar que o Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ vem se consolidando como um importante instrumento de gestão, na medida em que produz indicadores de diferentes aspectos da instituição. Embora este Programa ainda necessite de ajustes, avaliações e replanejamentos observa-se que o mesmo tem se mostrado eficiente como política de diagnóstico e definição de planejamento institucional.

Os resultados deste programa, no que tange à autoavaliação docente, à avaliação da ação docente pelos discentes e à análise pelos pares, é uma das estratégias da Instituição para alinhar a avaliação ao planejamento estratégico institucional. Constitui-se em uma ferramenta de gestão para a Universidade, uma vez que os resultados são utilizados no processo de tomada de decisão dos departamentos, dos cursos e da instituição para desenvolver ações de planejamento a curto, médio e longo prazo.

Como resultado dessa experiência, constata-se que a avaliação na UNIJUÍ tem possibilitado melhorias nas políticas acadêmicas e administrativas, que garantem e viabilizam avanços no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, por meio de ações que atendem às necessidades de seus acadêmicos e da comunidade. Na medida em que os processos avaliativos se qualificam, contribuem significativamente na melhoria da instituição em seus aspectos acadêmicos e administrativos.

A CPA, atenta ao processo de avaliação, acompanha essa caminhada da instituição e alia-se aos seus projetos e programas, contribuindo com olhar crítico e reflexivo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação (MEC)/CONAES. *Diretrizes para a avaliação das instituições de Ensino Superior*. Brasília, DF, 2004.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ - CPA. *Relatório de Autoavaliação Institucional da UNIJUÍ – abril de 2013 a janeiro de 2014*. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. 183 p.

GRONROOS, Cristian. *Marketing: Gerenciamento e serviços*. RJ: Elsevier, 2009.

KOTLER, Philip; FOX, Karen: *Marketing Estratégico para Instituições Educacionais*. SP: Atlas, 1994.

LEI nº 10.861. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. (DOU de 15/04/2004 – Seção 01 – p. 3).

LEITE, Denise. A avaliação em prática. p. 40. In: SOBRINHO, José Dias (editor). *Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, UFSC/UNICAMP, Ano I – n. 1, julho de 1996.

MORAIS, Natercio; ALMEIDA Leandro; MONTENEGRO, Irene. *Percepção do ensino pelos alunos: Uma proposta de instrumento para a educação superior*. Revista Análise Psicológica, vol. 1, p. 73-86, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. Porto, Edições Afrontamento (São Paulo, Editora Cortez, 1995), 1994.

SOBRINHO, José Dias. A imprescindibilidade da Avaliação Institucional diante da Crise das Universidades. UFP, Belém, 1997, p. 36. In: COSTA, Maria José Jackson, Org. *Avaliação Institucional - Desafio da Universidade diante de um novo século*. UFP, Belém, 1997, 157 p.